

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 15

[Handwritten signature]

ACTA N.º 3

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 FEVEREIRO DE 2014:

Aos vinte e um dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e catorze, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, no auditório da Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves Salgado e pelos 1.º e 2.º Secretários, o Senhor António Ferreira Ribeiro e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1) Votação da Acta n.º 02 da Sessão de 27/12/2013; -----
- 2) Informação do Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
- 3) Listagem dos Compromissos Plurianuais; -----
- 4) Associação das Rotas do Vinho de Portugal – Proposta de adesão; -----
- 5) Regulamentos de Bolsas de Estudo; -----
- 6) Regulamento do Fundo Extraordinário de Intervenção Social; -----
- 7) Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) – Designação de cidadãos eleitores para a Comissão Alargada, nos termos da alínea I), do art.º 17.º, da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro; -----
- 8) Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) – Relatório Anual de actividades de 2013; -----
- 9) Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal. -----

O 1.º Secretário da Mesa, Senhor António Ferreira Ribeiro procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal, verificando-se que solicitaram substituição os Senhores Deputados Municipais Bruno Manuel Pereira Coimbra, Maria Clara Luxo Correia, e André Manuel Vaz Seco, os quais foram substituídos, respectivamente, pelos Senhores Deputados Municipais Iola Marina Gaspar Batista, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto e Manuel Amorim da Silva. A Senhora Deputada Municipal Isabel Dias Santiago não estava presente. -----

A Senhora Presidente interveio, referindo que uma vez que na tomada de posse da Assembleia Municipal, que decorreu no passado dia catorze de Outubro de 2013, bem como na sessão ordinária de 27/12/2013, o Senhor António Miguel de Miranda Ferreira não esteve presente, a fim de tomar posse, procedeu à chamada do referido Deputado Municipal, e verificando-se estar presente o Senhor António Miguel de Miranda Ferreira, considera-se empossado. -----

A Senhora Presidente da Mesa, voltou a intervir para comunicar o pedido de renúncia ao mandato apresentado pelo Senhor Aristides Simões Dias, passando a ser substituído pelo membro seguinte constante na lista, nos termos do n.º 4, do artigo 76.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra neste período e inscreveram-se os Senhores Deputados Municipais António Neves, Isabel Lemos, Nuno Melo e Manuel Jacinto. -----

1) Tomou a palavra o Senhor Deputado Municipal António Neves para ler uma intervenção, que a seguir se transcreve: -----

“Foi com enorme espanto e depois indignação que ouvimos o primeiro-ministro afirmar que finalmente os portugueses começam a viver segundo as suas possibilidades. Espantemo-nos. Então viver com pensões de miséria, viver sem emprego – quando os números de desempregados reais ultrapassa o milhão e quatrocentos mil –, viver sem medicamentos, tendo que os levar para o hospital, como há poucos dias ouvimos nos órgãos de comunicação social, isso é que é viver segundo as suas possibilidades? -----

Veio dizer esta semana o FMI, que afinal depois da troika ir embora a receita da austeridade vai continuar não se sabe até quando, contrariando, assim, as doses de propaganda e intoxicação que tem sido injetada nos portugueses. É tal a cegueira ideológica e o desespero deste Governo, que o leva a dizer coisas como disse recentemente a ministra das Finanças, “que a austeridade, não é austeridade mas sim disciplina”. Que bonito! -----

Parece ser esta a perspetiva do Governo para muitos dos portugueses e não para todos. -----

Passando a outro assunto, não podemos deixar de lamentar profundamente o facto de não ter sido contemplada nos trinta grandes projetos designados de Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado, para os próximos anos, a reabilitação do ramal ferroviário Pampilhosa – Figueira da Foz, apesar de fazer parte integrante da linha da Beira Alta, esta contemplada. Na verdade, o que está contemplado é a canalização do transporte de mercadorias através de Alfarelos, congestionando, por falta de canal horário, a já saturada Linha do Norte, pelo menos até à Pampilhosa, no que se refere à intercessão com a Linha da Beira Alta. Estando prevista a eletrificação da Linha do Oeste e com os investimentos no porto da Figueira da Foz, só entendemos estas opções por pressões e servindo interesses a que este Governo se verga, esquecendo os compromissos do próprio Governo tomados pelo então ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, em Janeiro de 2012, perante os empresários e autarcas em Cantanhede. -----

A Assembleia Municipal da Mealhada, no anterior mandato, tomou posição contra o encerramento do ramal ferroviário Pampilhosa Figueira. Promoveu um debate que permitiu concluir pela importância regional e nacional desta infraestrutura. -----

A reabertura e renovação do ramal, carecendo de investimento, diríamos “bom investimento”, será uma medida política que o município da Mealhada e, em particular, esta Assembleia, devem continuar a exigir. Estamos convencidos que é possível fazer mais neste sentido, quer em articulação com outros municípios e entidades, quer por iniciativa própria, a partir da Mealhada. Na opinião da CDU, é preciso prosseguir e intensificar iniciativas e contactos que contrariem aquilo que, manifestamente, o atual governo, depois do PS ter dado os primeiros passos, pretende, isto é, lançar o ramal no esquecimento definitivo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 16

[Assinatura]

*A reativação da linha, com uma franca aposta na melhoria das condições de circulação e segurança, será útil para as populações e para a atividade económica da região. Como outros autarcas têm defendido de forma porventura mais afirmativa do que a Câmara da Mealhada, a aposta no ramal seria muito importante para o tecido empresarial dos concelhos por ele servidos. Assim o temos ouvido, entre outros, de autarcas de Cantanhede ou de Montemor. Como percebemos do debate realizado em Maio de 2011, a reabertura do ramal é um dos elementos estruturantes para a criação de um eixo verdadeiramente alternativo à saturada linha do Norte, algo que tem uma relevância que ultrapassa as questões económicas meramente regionais e que não será resolvido com as opções recentemente vindas a público. -----
Finalmente, e para que não se repitam lamentáveis roubos das populações a serviços públicos essenciais, como aconteceu com o SAP da Mealhada, no passado recente, convém que esta assembleia fique ciente que tudo deve fazer de modo a prevenir o encerramento dos serviços de finanças do concelho, se se vier a concretizar a implementação das medidas anunciadas. -----
Os eleitos da CDU -----*

Isabel Lemos, António Neves” -----

2) Tomou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Lemos para ler uma proposta de Moção, que a seguir se transcreve: -----

“PROPOSTA DE MOÇÃO - EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE -----

A Escola Pública em Portugal está exposta a ataques dos seus adversários há vários anos, praticamente desde que foi consagrada em lei como garante do acesso de todos os portugueses a uma Educação de qualidade. Porém, nunca como agora, com este Governo, viu o seu espaço, e o seu futuro, tão claramente postos em causa. -----

Para a progressiva deterioração global do sistema educativo convergem múltiplos factores. Encerramento de escolas, criação de mega-agrupamentos, aumento do número de alunos por turma, alterações curriculares desastrosas, fortes limitações aos apoios a alunos com maiores dificuldades. Política criminosa de recursos humanos, com o maior despedimento coletivo de professores de que há memória, agravamento da falta generalizada de auxiliares de educação, com graves consequências no funcionamento e organização escolares. Destruição de meios de apoio, com despedimento de psicólogos e outros técnicos de educação. -----

Mas o governo quer ir ainda mais longe e, por esse motivo, o Orçamento do Estado para 2014 prevê cortar ainda mais no ensino público e dar ainda mais dinheiro público ao ensino privado. E se dúvidas restassem sobre a intenção do governo bastaria olhar para o chamado guião sobre a reforma do Estado. Esse documento defende a privatização do sistema, apontando para diversas modalidades nesse sentido: cheque-ensino, novo ciclo de contratos de associação ou importação do fracassado modelo de “escolas independentes” noutros países. No que o governo não conseguir privatizar, pretende alijar de

responsabilidades remetendo para os municípios ou para as próprias escolas, empurrando-as para a celebração dos chamados “contratos de autonomia”. ----- Não é a primeira vez que trazemos a esta AM este assunto, mas infelizmente as circunstâncias obrigam-nos a retomar a questão. No entanto não nos cansamos: somos persistentes. Desde já propomos a esta nova A.M. que tome uma posição sobre esta matéria. O que se passa com os exames de inglês é escandaloso. O ministro Nuno Crato encheu-se de orgulho quando anunciou que os exames de inglês teriam a égide da Universidade de Cambridge. O que ele não disse é que os alunos que, após o exame de 9.º ano, quiserem um certificado, terão que pagar 25€. Que os alunos podem até fazer exame de inglês todos os anos, mas... terão que o pagar. É contra esta intromissão do setor privado no sistema de ensino público e gratuito, é contra esta perversa promiscuidade que acentua as desigualdades sociais que a CDU mostra a sua indignação e exorta os outros membros desta AM a fazê-lo, aprovando a moção seguinte. -----

A Assembleia Municipal da Mealhada, reunida em 21 de fevereiro de 2014: -----

1. Reafirma a importância decisiva da educação e exige que o Estado cumpra o seu papel, assumindo como tarefa central e urgente o reforço do investimento no sistema público de ensino e a adoção de medidas de política educativa que garantam os direitos de acesso e sucesso dos cidadãos e se afirme como recurso estratégico essencial para o desenvolvimento do País; -----

2. Considera que, no momento de crise profunda em que vivemos, que agrava as dificuldades e acentua vertiginosamente a desigualdade social, impondo a muitos portugueses situações de pobreza e de exclusão, na educação, tal como nas áreas sociais e na saúde, são absolutamente exigíveis medidas adicionais de investimento e de discriminação positiva; -----

3. Considera que deverão ser rapidamente contidas e invertidas as medidas mais gravosas, de modo a recuperar e garantir o reforço das necessárias políticas de apoios e ação social escolar, recursos humanos (professores, técnicos especializados e auxiliares de educação), assim como reorganização curricular e procedimentos de organização, gestão e funcionamento que sejam adequados às necessidades do sistema e garantam a participação da comunidade educativa; -----

4. Afirma a sua disponibilidade de acompanhar estes problemas e neles intervir de modo a contribuir para a sua resolução, no âmbito das suas competências próprias e em articulação com a comunidade educativa; -----


5. Exorta a comunidade educativa – professores, estudantes, funcionários e pais – para que tudo faça na defesa da Escola Pública, reafirmando que o futuro de Portugal passa, também, por uma aposta inequívoca e um investimento efetivo na Educação. -----

Mealhada, 21 de fevereiro de 2014 -----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Mealhada -----
María Isabel Lemos, António Neves” -----

3) Interveio o Senhor Deputado Municipal Nuno Melo para transmitir os assuntos tratados na Assembleia Intermunicipal da Região de Coimbra, que decorreu no passado dia 14 de Janeiro, cuja Ordem de Trabalhos incluía, para além das eleições da Mesa da Assembleia e do Secretariado Executivo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 17


Intermunicipal, a aprovação dos Estatutos da CIM da Região de Coimbra e a aprovação das Opções do Plano e Orçamento de 2014 da CIM. -----

4) O Senhor Deputado Municipal Manuel Jacinto comentou a Moção - Em defesa da escola pública de qualidade, apresentada pelos eleitos da CDU. ----- Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou a Moção à votação e a mesma foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor e cinco abstenções, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

•Daniela de Melo Esteves Salgado	A favor
•Manuel Jacinto Gaspar Silva	A favor
•Rodrigo Manuel Gomes Breda	A favor
•Iola Marina Gaspar Batista Abstenção	Abstenção
•António Ferreira Ribeiro	A favor
•Ana Paula Ribeiro Coelho	A favor
•Paula Cristina Cardoso Pinheiro Machado	A favor
•Isabel Pinto Ferreira Lemos	A favor
•Luís Filipe Tovim Ferreira	A favor
•Nuno Miguel Cerveira de Melo	Abstenção
•Jorge Filipe de Almeida	A favor
•Ana Filipa Varela Soares Pereira	Abstenção
•Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos	A favor
•Manuel Amorim da Silva	A favor
•António Miguel de Miranda Ferreira	Abstenção
•António da Silva Laranjeira	A favor
•António Nogueira das Neves	A favor
•Luís Miguel Pereira Brandão.....	Abstenção
•Sandra Isabel Ferreira Carvalho	A favor
•Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis	A favor
•João Manuel Cidra de Oliveira Duarte	A favor
•Manuel Lindo Cardoso	A favor
•Claudemiro Manuel Jesus Semedo	A favor
•Vítor Manuel Alves de Matos	A favor
•João Carlos Ferreira dos Santos	A favor
•Carlos Ferreira da Rocha Gomes	A favor

E não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu início ao Período da Ordem do Dia. -----

1 – ACTA Nº 2 – SESSÃO DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013 (MANDATO 2013/2017): -----

Interveio a Senhora Presidente da Mesa para questionar se alguém queria apresentar alguma sugestão de correcção à Acta n.º 2 – Sessão de 27 de Dezembro de 2013. Não havendo quaisquer intervenções, colocou a referida acta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

2 - INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: -----

Esta informação escrita do Senhor Presidente da Câmara consta da Ordem de Trabalhos distribuída a todos os membros desta Assembleia Municipal e foi acompanhada dos elementos relativos à informação cultural, ambiental, educativa, desportiva, social e situação financeira do Município. -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal se queriam colocar alguma questão sobre a informação apresentada. -----

O Senhor António Neves apresentou a seguinte intervenção escrita: -----

“Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

Dirigimo-nos a V. Exa para lhe colocarmos algumas questões que gostaríamos fossem respondidas. -----

1- Estando a decorrer os trabalhos de requalificação da zona central do Luso, pretendemos saber se os prazos da empreitada estão a ser cumpridos, pela empresa que tem a seu cargo os trabalhos. É que, tendo em conta as condições climatéricas que se tem feito sentir nos últimos meses, tememos que as obras se arrastem e se prolonguem além do inicialmente previsto, criando situações de constrangimentos, quer no dia-a-dia dos habitantes do Luso, quer na atividade económica da freguesia, tão dependente da sazonalidade. -----

2- Uma vez adquirido o Cine-Teatro Avenida, no Luso, pretendemos saber se a Câmara Municipal tem, no curto ou médio prazo, algum plano para aquele espaço? -----

3- Na rubrica “Divida por Entidade Credora para 2014”, anexo D, é referido um valor de 12.580,44€ a pagar à empresa Marvão Máquinas – Aluguer de Máquinas, Lda. -----

Por se tratar de valores elevados e como todas as obras que estão a decorrer são empreitadas, pretendemos saber a que se deve o montante acima descrito. Por último, voltamos ao ponto 24 da O.T. da AMM de 27/12/2013 (alteração do caminho público existente na Pedrulha, freguesia de Casal Comba, que confina a norte e sul com a PEMAFA-HOTELARIA E TURISMO, LDA. e a nascente possui inserção com a estrada municipal). -----

Sobre o assunto acima referido, para a CDU, e cremos que também para esta Assembleia, ficou claro, entre outros aspetos: 1) - a falta de informação documental aos deputados desta Assembleia, dado que como viemos a saber, houve pareceres jurídicos, reclamações, despachos, correspondência, verificações e informações deste processo, que não nos foram disponibilizados; 2) - apesar das explicações da Sra. Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, reconhece-se que só foram retificadas as áreas em questão após reclamação do Sr. Paredes Ferreira, por este achar que ouve erros grosseiros nas medições, o que veio a confirmar-se; 3) - a constatação no local, da realização de obras no acesso ao empreendimento, bem como intervenção no caminho público, por parte do dono da PEMAFA, sem que esta Assembleia se tivesse pronunciado a favor, ou não, da desanexação daquele caminho público o que configura um quadro de abuso de confiança por parte do proprietário do empreendimento turístico. Tudo isto, feito com o beneplácito da Câmara Municipal e com a maior das impunidades; 4) - Como foi referido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba, aquando da votação, é inacreditável como todo este processo se desenrolou sem o seu conhecimento,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 18

DM

levando este a abster-se na votação, por esse facto; 5) - no período destinado ao público, nessa sessão, o munícipe Sr. Arsénio Ferreira, entre outros aspetos, referiu-se a um logradouro que teria existido ao redor da capela que agora já lá não está. Será caso para supor que, «alguém se alargou». ----- Por tudo o que referimos, sugerimos que haja, por parte da Câmara Municipal mais cuidado no tratamento futuro destas questões, sobretudo quando se trata da coisa pública. -----

*Os eleitos da CDU -----
Isabel Lemos, António Neves” -----*

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra à Senhora Vereadora Arminda Martins para responder à questão colocada sobre os trabalhos de requalificação da zona central do Luso. Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões sobre os pontos 2 e 3 da intervenção do Senhor António Neves. Quanto à questão colocada sobre a alteração do caminho público existente na Pedrulha, o Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador Calhoa Morais para prestar os esclarecimentos solicitados. -----

O Senhor António Ribeiro, 1.º Secretário da Mesa, devidamente autorizado pela Senhora Presidente da Mesa, interveio para informar o Senhor Deputado Municipal António Neves que os documentos referentes ao ponto 24 da Ordem de Trabalhos para a sessão de 27/12/2013, foram fotocopiados dos elementos entregues pelos serviços da Câmara Municipal e teve conhecimento que o Senhor António Neves também se deslocou pessoalmente aos serviços de apoio à Assembleia Municipal antes da sessão para consultar os referidos documentos. Como tal, ao contrário do que foi afirmado na intervenção, não houve falta de informação documental aos deputados desta Assembleia. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, solicitou a palavra, referindo que dada a sua extensão, seria difícil fotocopiar todos os elementos do processo, informando o Senhor António Neves de que o processo, bem como quaisquer outros assuntos e elementos necessários estão sempre à disposição dos senhores Deputados Municipais, para consulta. -----

A Senhora Isabel Lemos apresentou a seguinte intervenção escrita: -----

“Interpelação ao presidente da CMM - Condições de trabalho nos estaleiros municipais -----

Após a visita aos estaleiros municipais, a CDU não pode deixar de trazer a esta AMM a sua indignação pelas condições de trabalho naquele espaço. Como é possível que, num município até agora sem problemas financeiros, um grupo de trabalhadores do próprio município desenvolva a respetiva atividade naquelas condições de trabalho? Não se trata só de efeitos de desgaste, das intempéries de inverno ou inadequação dos espaços. Trata-se, antes de mais, das condições perigosas, desumanas e insalubres em que os trabalhadores se encontram durante o seu horário de trabalho, trata-se de, num espaço de trabalho da autarquia, não se seguir a diretiva do Conselho Europeu de 12 de Junho de 1989 publicada no então ainda Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 183/1 em que se estabelece que a diretiva se aplica a todos os

setores de atividade privados ou públicos (atividades industriais, agrícolas, comerciais, administrativas, de serviços, educativas, de ocupação de tempos livres, etc.) como se lê no seu artigo 2.º. No artigo 6.º estabelecem-se as obrigações gerais das entidades patronais. Efetivamente nos anos 80, após a publicação da directiva comunitária 83/477/CEE, e da proibição da crocidolite é interdito o seu uso em locais públicos e de trabalho. Mais tarde na CONFERÊNCIA EUROPEIA SOBRE O AMIANTO, promovida pelo Grupo GUE/LGN do Parlamento Europeu, realizada nos dias 22 e 23 de Setembro de 2005, a CGTP denunciou esse facto. -----

Ficámos a saber que a partir de Novembro de 2013, este executivo desenvolve esforços no sentido de o mais rapidamente possível ir minimizando o problema descrito. Mas, este facto não retira nada à nossa indignação. Mais: a Lei n.º 2/2011 de 9 de fevereiro da república portuguesa proíbe a utilização de produtos que contenham fibras de amianto e adianta os procedimentos a usar na sua remoção. Sabemos que os custos desse processo são elevadíssimos, mas não podemos deixar de afirmar que se os eleitos são muito importantes para o poder local, os trabalhadores não são menos, já que são eles quem concretiza muita da ação do poder local. -----

Mealhada, 21 de fevereiro de 2014 -----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Mealhada -----

Maria Isabel Lemos, António Neves” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder à questão colocada pelos Senhores Deputados Municipais, anteriormente transcrita. -----

O Senhor António Neves pediu a palavra para ler a seguinte intervenção: -----

“Horário de trabalho semanal dos trabalhadores das autarquias do concelho ---- Sabemos que o processo começou, lamentavelmente, em governos anteriores - governos do PS - mas o atual governo tem provas firmadas, se não noutras coisas, no violento retrocesso civilizacional a que Portugal e, em particular, os seus trabalhadores têm sido sujeitos por insuportáveis opções políticas que há muito deveriam ter sido erradicadas. -----

Entre esses perigosíssimos recuos, estão os que decorrem de opções deliberadas pela desvalorização do trabalho, através de sucessivos estratégias que continuam a fazer descer o seu custo. A desigualdade da distribuição de riqueza entre trabalho e capital chegou a níveis até há pouco inimagináveis, beneficiando injustamente uns poucos à custa do prejuízo de todos os outros. -----

Também com lugar destacado nas políticas do governo sobressai o contínuo ataque aos trabalhadores da administração pública e aos serviços públicos. É para submeter, esmagar, destruir, não deixar pedra sobre pedra. Deixemo-nos de rodeios: esta direita, se o permitirmos por muito mais tempo, não deixará pedra sobre pedra! -----

Foi neste âmbito e com aquele objetivo de desvalorização do trabalho que o governo impôs – e a maioria parlamentar e presidente da república que o vão escorando aplaudiram – o aumento do horário de trabalho semanal para as 40 horas. Impor o aumento do horário de trabalho, ao arrepio do desenvolvimento e da humanização da sociedade, é uma forma, a somar aos contantes roubos e desvalorização salariais, de reduzir custos com o trabalho. É, na verdade, uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 19
[Assinatura]

das formas de aumentar a exploração, beneficiando os exploradores com taxas cada vez mais altas de exploração. -----

Apesar disso, da tentativa de imposição como mínimo (!) das 40 horas semanais, neste momento, perto de duzentas autarquias celebraram, já, acordos coletivos com as organizações representativas dos seus trabalhadores no sentido da manutenção das 35 horas semanais. É verdade que o governo, no seu fundamentalismo regressivo, está a tentar torpedear a publicação desses acordos... São mesmo uns "democratas", estes governantes! -----

É com este enquadramento que a CDU solicita, através da mesa, ao senhor presidente da CMM, os seguintes esclarecimentos: -----

1- Qual é, no momento presente, a situação relativa ao horário semanal dos trabalhadores da autarquia? -----

2- Foi celebrado ou está em vias de ser celebrado acordo com os sindicatos que permita salvaguardar as 35 horas semanais? (Se sim, solicitamos à senhora presidente da AMM que faça chegar o texto desse acordo aos grupos municipais desta Assembleia.) -----

3- Qual é, ainda, a situação relativa aos trabalhadores que exercem funções nas juntas de freguesia do concelho? -----

*Os eleitos da CDU -----
Isabel Lemos, António Neves" -----*

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para informar o Senhor Deputado Municipal António Neves que a Câmara Municipal já reuniu com os representantes dos sindicatos para celebrar acordo para as 35 horas e que está designado o dia 11 de Março para a assinatura do mesmo. -----

3 – LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem de Compromissos Plurianuais. -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto e não havendo quaisquer intervenções deu início ao ponto seguinte. -----

4 – ASSOCIAÇÃO DAS ROTAS DO VINHO DE PORTUGAL – PROPOSTA DE ADESÃO: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que interveio para prestar esclarecimentos sobre a proposta de adesão à Associação das Rotas do Vinho de Portugal. -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto e não havendo quaisquer intervenções, colocou a proposta referida à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

5 – REGULAMENTOS DE BOLSAS DE ESTUDO: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que interveio para prestar esclarecimentos sobre os regulamentos em análise. -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto e pediram a palavra os Senhores Deputados Municipais Isabel Lemos, Luís Tovim, Manuel Jacinto e Paula Coelho. -----

A Senhora Deputada Municipal Isabel Lemos leu a seguinte intervenção: -----

*“Regulamento de Bolsas de Mérito e Estudo para alunos do concelho -----
Como é óbvio, a CDU concorda com os pressupostos de “desenvolvimento pessoal e individual dos municípios, de fomento do sucesso e responsabilidade escolar através da implementação de medidas que permitam contribuir para a melhoria das condições de vida da população do concelho da Mealhada”, tal como se lê no preâmbulo da medida recentemente aprovada por unanimidade pela C.M.M. -----*

O que a CDU defende e defenderá sempre é que o governo deveria criar condições para que não fossem necessárias ajudas externas para que os jovens pudessem palmilhar os respetivos percursos escolares sem quaisquer embaraços económicos. O que a CDU defende é que as famílias possam prover todos com os meios necessários à realização pessoal e profissional. O que a CDU defende é o que está consagrado na constituição no que se refere ao ensino. Mas... os vários governos da responsabilidade dos partidos do tão tolamente e até antidemocraticamente chamado de “arco da governação”, PSD, PS e PP têm vindo a dificultar a concretização desses direitos, com medidas que visam e o empobrecimento dos trabalhadores portugueses. Assim sendo, tal como dissemos no início desta intervenção, a CDU aceita as medidas, mas não podemos deixar de referir aqui quanto estamos contra o facto de o mérito ser apenas o sucesso académico: a média igual ou superior a 16 valores. Como todos sabem e não vale a pena fingir que desconhecem, o facto é que, por regra, são os alunos com melhores condições económicas que obtêm o dito sucesso. Defendemos que a ênfase seja colocada no processo e não no produto. Para nós terá mais mérito um aluno que, sem quaisquer ajudas escolares exteriores à própria escola possa ter significativo sucesso académico do que um outro que goze de todos os apoios familiares ou de outras instituições. Outra questão que se coloca é do foro sociológico. Vivemos numa fase aguda e inflamada de competição. Mas não vivemos sempre? Achamos que sim, mas agora estamos mais lançados e mais inspirados para louvar a competição, esta “busca simultânea de um indivíduo ou grupo por uma vantagem, vitória ou prémio; rivalidade”, como se pode ler em vários dicionários. Antes de aceitarmos que a competição é a prova inquestionável que conduz inelutavelmente à qualidade, convém esclarecer que quem sobrevive não são os fortes, são os adaptáveis, aqueles que melhor se adaptam e neste campo, até história natural está cheia de exemplos deste facto. Depois, as grandes conquistas da humanidade foram fruto da cooperação mais do que da competição. Até nos desportos coletivos sabemos que o melhor jogador do mundo de futebol, seja ele quem seja, não ganha sozinho, não marca os golos sem ajuda da equipa. Também sabemos que a emulação tem aspetos positivos, conducentes ao progresso. No entanto, ao promover a competição na escola, sobretudo entre adolescentes e jovens, corremos o risco de estar a propiciar o desenvolvimento de homens e mulheres

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 20


individualistas, pouco solidários, egoístas, a quem os valores da equidade, da justiça e da solidariedade nada dizem. -----

*Pelos motivos expostos, não podemos votar a favor de tal proposta da CMM. ---
Mealhada, 21 de fevereiro de 2014* -----

*Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Mealhada -----
Maria Isabel Lemos, António Neves”* -----

Os Senhores Deputados Municipais Luís Tovim, Manuel Jacinto e Paula Coelho comentaram os Regulamentos para Bolsas de Estudos apresentados e a intervenção dos Senhores deputados municipais, Isabel Lemos e António Neves. -----

COMPARÊNCIA DE DEPUTADA MUNICIPAL – A Senhora Isabel Santiago compareceu na sessão às 22 horas e 14 minutos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para comunicar que o Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Mérito a Alunos do Ensino Secundário é retirado, propondo a votação apenas dos Regulamentos Municipais de Atribuição de Bolsa de Estudo a Alunos do Ensino Superior e de Atribuição de Bolsa de Estudo a Alunos do Ensino Secundário. -----

A Senhora Presidente da Mesa interveio, referindo que tendo sido retirado o Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Mérito a Alunos do Ensino Secundário, iria colocar à votação o Regulamento de Atribuição de Bolsa de Estudo a Alunos do Ensino Superior, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade e em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação o Regulamento de Atribuição de Bolsa de Estudo a Alunos do Ensino Secundário, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

6 – REGULAMENTO DE FUNDO EXTRAORDINÁRIO DE INTERVENÇÃO SOCIAL: -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra à Senhora Vereadora Arminda Martins, responsável pelo pelouro da Acção Social para prestar esclarecimentos sobre a proposta de Regulamento. -----

Pediram a palavra os Senhores Deputados Municipais Manuel Cardoso e António Miguel Ferreira que colocaram algumas questões sobre o assunto, tendo as mesmas sido esclarecidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se mais alguém queria usar da palavra sobre este ponto e não havendo quaisquer intervenções, colocou o Regulamento à votação e o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

7 – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) – DESIGNAÇÃO DE CIDADÃOS ELEITORES PARA A COMISSÃO ALARGADA, NOS TERMOS DA ALÍNEA I), DO ART.º 17.º, DA LEI N.º 147/99, DE 1 DE SETEMBRO: -----

A Senhora Presidente da Mesa solicitou que, em virtude de se tratar de uma eleição, fossem apresentadas propostas à Mesa. -----

O Senhor Deputado Municipal Artur Dinis apresentou, em nome do Partido Socialista, a proposta que a seguir se transcreve: -----

-----PROPOSTA-----

A bancada do PS – Partido Socialista apresenta a esta Assembleia, seguindo o ponto 7 da ordem de trabalhos a seguinte proposta: -----

De acordo com o disposto na alínea I), do art.º 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, a bancada do PS – Partido Socialista, propõe que as quatro pessoas designadas pela assembleia municipal para a Comissão Alargada sejam indicadas da seguinte forma: -----

-PS – Partido Socialista – indica duas pessoas -----

-Coligação Juntos pelo Concelho da Mealhada – indica uma pessoa -----

-CDU – Coligação Democrática Unitária – indica uma pessoa -----

Os deputados do PS – Partido Socialista. -----

(Assinaturas) -----

A Senhora Presidente da Mesa, colocou à votação a proposta apresentada, tendo sido aprovada por unanimidade e em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa solicitou aos Senhores deputados municipais a indicação dos membros que farão parte da Comissão Alargada, tendo sido indicados: o Senhor Júlio Manuel Santos Penetra e a Senhora Deputada Municipal Ana Paula Ribeiro Coelho, pelo Partido Socialista, o Senhor Deputado Municipal António Miguel de Miranda Ferreira, pela Coligação Juntos pelo Concelho da Mealhada e a Senhora Maria Elisa Ribeiro, pela CDU – Coligação Democrática Unitária. -----

8 – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) – RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES DE 2013: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Dra. Paula Andrade, Presidente da Comissão de Crianças e Jovens, que fez a apresentação do Relatório anual de 2013 com uma projecção acompanhada da explicação dos dados. -----


9 – ALTERAÇÕES AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MEALHADA: -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou quem queria intervir sobre a proposta de alteração ao Regimento da Assembleia apresentada pelo Grupo de Trabalho, constituído na anterior sessão. -----

Pediram a palavra os Senhores Deputados Municipais Luís Brandão e Paula Coelho. -----


ASSEMBLEIA MUNICIPAL

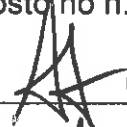
Folha n.º 21



Após algumas considerações, a Senhora Presidente da Mesa propôs que este ponto da Ordem de Trabalhos fosse retirado, para ser analisado numa próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

A proposta de retirada do Ponto 9 da Ordem de trabalhos foi aprovada por unanimidade. -----

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 11 horas e 30 minutos, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, por mim,  Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, pelo Deputado Municipal empossado Senhor António Miguel de Miranda Ferreira e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----



David de Melo Esteves
